

APRESENTAÇÃO DO LIVRO: CABO VERDE – ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA – SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO

Iva Cabral

O convite que me foi feito por João Lopes Filho para apresentar o livro “Cabo Verde – abolição da escravatura – subsídios para o seu estudo” era irrecusável não só pela amizade e admiração que tenho pelo professor, mas também porque penso que livros como estes, que põem a disposição dos jovens estudiosos cabo-verdianos conhecimentos e informações sobre a nossa História são fundamentais e devem ser incentivados.

Isto porque, todos nós que como investigadores e professores temos a grata tarefa de transmitir conhecimentos sabemos que para o sucesso desse empreendimento temos que ultrapassar vários obstáculos:

- A falta de prática de leitura dos jovens,
- A escassez de bibliografia disponível nas escolas, nos liceus e nas instituições de ensino superior,
- Mas também a falta de livros que podemos chamar de “iniciadores” em certos temas, que proporcionem aos jovens as primeiras informações, que expliquem certos conceitos de forma a incentiva-los e prepara-los para livros de mais difícil leitura.

Quando estudante eu tive a sorte de ter a disposição, não só boas bibliotecas, livrarias, mas também colecções deste tipo. Por exemplo, no Brasil, no meu tempo (quero dizer há muitos anos) a editora Brasiliense tinha uma colecção que era preciosa quando necessitávamos, urgentemente, de informações sobre um tema e de indicações para a leitura para a aquisição de conhecimentos mais aprofundados. Era a colecção “primeiros passos”. Espero que ainda exista!

Pelo acima dito, não posso deixar de felicitar a Spleen Edições pela criação da Colecção “Xis da Questão” que, além deste livro, já nos brindou com outros títulos que cumprem bem a tarefa para

que foi criada – proporcionar aos nossos jovens (e não só) um meio de aquisição de conhecimentos e um incentivo para a busca de mais saber.

O livro do professor João Lopes Filho introduz o leitor no estudo da **escravidão e de sua abolição**, tema que é de primordial importância para apreender a nossa História que, como todos sabem teve como base a sociedade escravocrata.

Esta obra é, como o título expressa, um subsídio para quem queira obter informações sobre a abolição da escravatura, e foi dividida por seu autor, além da nota introdutória e das considerações finais, em 7 capítulos, tendo em anexo uma lista da legislação sobre os temas tratados.

Na nota introdutória o autor deixa claro que este livro é uma “síntese de um estudo de maior fôlego”, e que o propósito que o levou a publica-lo é apoiar os jovens estudiosos (espero que não só) e contribuir para a compreensão do nosso passado. Para isso ele

- Chama a atenção do leitor para o contexto em que se realizou o tráfico de escravos
- Descreve a conjuntura em que se processou a abolição do tráfico
- E expõe algumas das etapas mais importantes do processo da abolição da escravatura

No 1º capítulo: João Lopes Filho apresenta-nos uma panorâmica do comércio de escravos que teve um papel fundamental na economia europeia do século XVI até ao final do século XIX; permitiu a colonização das ilhas atlânticas e do dito Novo Mundo e, principalmente, teve um peso enorme na acumulação primitiva do que possibilitou a revolução industrial que por sua vez abriu as portas a uma nova era na história da humanidade: o capitalismo. Ver p. 14

No capítulo intitulado “Cabo Verde vértice do triângulo do tráfico de escravos” o professor introduz o arquipélago nesse tráfico e fala-nos do papel que o nosso país desempenhou como placa giratória desse lucrativo comércio.

No 3º capítulo: o autor faz-nos uma exposição da história das ideias abolicionistas e dos interesses económicos que levaram certas potências europeias a interessar-se pela “liberdade dos negros” nos inícios do século XIX.

A revolução americana, em 1776, e a revolução francesa, em 1779, trazem ao Mundo ventos de igualdade, liberdade e fraternidade que fazem com que se questione, cada vez mais, a escravidão de homens e mulheres.

Mas, foram os interesses económicos da Inglaterra que, após o desenvolvimento de um parque industrial, levam a sua elite política e económica à conclusão que era mais importante e lucrativo obter mercados para os excedentes de suas fábricas do que escravos para as plantations no Novo Mundo.

Assim, a Inglaterra proíbe a escravatura no seu território em 1807 e em 1820 suprime o tráfico de escravos nas suas colónias. Vários outros países enveredam pelo mesmo caminho (1813 a Suécia, 1814 a Holanda, 1815 a França, 1817 a Espanha).

Portugal, também inicia esse caminho, coagido pela Inglaterra.

O 4º capítulo fornece-nos informações sobre o “processo abolicionista”.

Neste texto o autor delinea todo o processo pelo qual Portugal passou até a abolição total do tráfico de escravos. Processo, esse, que teve como impulsionadora a Inglaterra. Na pag. 42 João Lopes Filho diz:

No capítulo sobre “o Tráfico Clandestino” o autor proporciona-nos um panorama das formas que foram utilizadas para fugir a lei da proibição do tráfico durante mais ou menos um século. Mas, sobre este capítulo vou falar mais tarde.

No 6º capítulo o autor descreve os efeitos que teve na economia e na sociedade cabo-verdiana o Tratado de Janeiro de 1815 que decretou a abolição imediata do tráfico em todos os lugares da costa de África situados ao norte do Equador”, e por conseguinte também em Cabo Verde.

No capítulo seguinte, João Lopes Filho fala-nos de uma instituição criada pelo Estado português, em 1854, denominada Junta de Protecção dos Escravos e Libertos que tinha como propósito “proteger e tutelar todos os escravos e libertos, e exercer o pátrio poder tanto sobre eles, como sobre seus filhos.”

Entre outras obrigações a Junta tinha que promover a alforria, reprimir os abusos e maus-tratos dos patrões, ensinar os libertos e prover às necessidades dos que são desprotegidos.

Segundo o autor, a criação da Junta foi um acto inovador para a época, já que até à data nada se tinha feito para proteger os escravos, mas, no entanto, ela apresentava alguns pontos contrários ao propósito primário da sua fundação: a protecção do cativo.

Neste capítulo, também, são nos dados a vislumbrar vários documentos preciosos do Arquivo Histórico Nacional que desvendam as acções dessa instituição em Cabo Verde e descrevem o processo lento e doloroso que culmina, em 1869, data em que é decretada a “abolição do estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa”.

Esperamos sinceramente que esses documentos possam ser um dia publicados.

O livro termina com um anexo que, a meu ver, vai ajudar muitos investigadores já que contem uma lista extensa da legislação sobre a abolição do tráfico negreiro e de todo o processo legislativo que levou à abolição da escravidão no império português.

Após ter tentado dar uma visão global deste pequeno mas precioso livro, vou debruçar-me sobre alguns aspectos que me chamaram mais a minha atenção.

Como investigadora, que estuda há muitos anos a história e o percurso da elite cabo-verdiana não poderia deixar de me interessar pelo capítulo que o professor João Lopes Filho chamou de “Tráfico clandestino”.

A nossa História conhece desde muito cedo o tráfico clandestino de mercadorias trazidas da costa africana e para lá levadas.

Já os armadores no século XVI transportavam clandestinamente para os Rios de Guiné o algodão do Fogo com o qual lhes era legalmente proibido comerciar, já que apenas podiam tratar com mercadorias nadas e criadas na ilha de Santiago e traziam da costa mercadorias defesas.

No século XVII e XVIII os cabo-verdianos vendem panos da terra aos franceses, ingleses e holandeses, isto apesar de todas as leis que a Coroa portuguesa tentou impor e dos monopólios das várias companhias comerciais que por aqui passaram.

Os filhos de Cabo Verde encontram-se na costa africana fronteira quase desde o seu “achamento”, muitos deles foram lançados, homens que serviram durante anos de intermediários

entre as sociedades africanas e os comerciantes europeus, isto também, apesar de todas as leis que Portugal legislou contra eles.

A elite cabo-verdiana durante os séculos XVIII e XIX continua a comerciar com a costa da Guiné, mas principalmente a dirigir e a consolidar a presença portuguesa nas poucas Praças (Cacheu, Bissau, Farim, Geba) que ainda Portugal consegue segurar nesse território tão cobiçados pelos franceses e ingleses.

O que o capítulo “tráfico clandestino” nos informa, baseado em vasta e preciosa documentação que se encontra no nosso Arquivo Histórico Nacional é que, apesar do tráfico de escravos ter ficado teoricamente proibido desde 1810 nos territórios situados a norte do Equador, o comércio ilícito continuou a florescer na costa fronteira com a cumplicidade de muitos filhos de Cabo Verde que aproveitavam-se do conhecimento dessa área do continente africano que herdaram dos seus antepassados.

O espaço Cabo Verde/Rios de Guiné continua, segundo a documentação apresentada pelo autor, a ter um papel activo no tráfico de escravos para as grandes e lucrativas plantations de açúcar e algodão do Novo Mundo tão necessitadas de escravos.

A escravidão é abolida nos Estados Unidos apenas em 1865, em Cuba em 1886 e no Brasil em 1888 o que faz com que os proprietários de plantations desses países, apesar do fim legal do tráfico continuavam à procura de escravos o que fez com que a venda dessa mercadoria fosse muito lucrativa.

Por isso, apesar da pressão militar e política inglesa os comerciantes portugueses e não só, apoiados no conhecimento do terreno de muitos cabo-verdianos, vão continuar clandestinamente, até ao final do século XIX a abastecer os mercados americanos ávidos de mão de obra escrava.

Apesar das muitas informações que esse capítulo nos dá, confesso que fiquei com sede de mais conhecimentos sobre o papel dos cabo-verdianos no tráfico clandestino de escravos no século XIX.

Razão porque peço e incentivo o professor e meu amigo João Lopes Filho a publicar o mais rapidamente possível a obra que está a preparar, procurando centrar, se possível, o seu trabalho neste assunto sobre o qual ele tem ainda, a meu ver, muito para desvendar.

Antes de finalizar atrevo-me a propor as Edições Spleen que em cada livro desta série publicassem uma Indicação à Leitura para que os jovens estudiosos, querendo aprofundar o tema, tivessem a seu dispor uma pequena bibliografia com a qual pudessem avançar na aquisição de mais saber.

Não posso terminar esta minha intervenção sem agradecer, mais uma vez, a honra que o Professor João Lopes Filho me fez em escolher-me como apresentadora deste seu trabalho que terá uma utilidade para todos que se interessam pela História do nosso País.